

Assembleia esclarece sobre a Campanha Nacional pela Reposição Salarial e ações jurídicas

Dando continuidade à política de estreitamento entre base e direção, ontem, 18, o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins, acompanhado dos diretores José Maria e Cleonice Rocha, da secretaria de Políticas Sociais, Manoel Cecílio, da secretaria de Formação e o vice-presidente Raimundo Pereira, reuniram-se com os servidores do Ministério da Saúde lotados no Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado, no Calhau.

Na oportunidade, João Carlos apresentou os informes gerais sobre a campanha nacional pela reposição emergencial de 19,99%,

defendida pelo Sindsep/MA e pela Condef, além de explicar aos presentes as medidas que estão sendo tomadas por essa nova Direção no sentido de melhorar as relações entre o sindicato e sua Base.

Durante a reunião também foram apresentados e discutidos temas específicos do setor como a questão da Ação de Anuênios, Ação dos 3,17%, Ação dos 28%, aposentadoria especial, plano de saúde para a categoria, abono pecuniário (licença maternidade), entre outros.

“Estamos visitando todos os locais de trabalho dos órgãos que fazem parte de nossa Base sindi-

cal com o intuito de mobilizar a categoria nesse momento importante e esclarecê-la sobre a conjuntura atual. Estamos muito contentes também com a forma como temos sido recebidos”, disse o presidente João Carlos Martins.

Desde a posse no dia 1º de abril até agora, a nova Direção do sindicato tem feito dessa prática uma rotina.

Já são mais de vinte locais de trabalho visitados, sempre com a realização de assembleias ou reuniões para dar esclarecimentos sobre a atuação do sindicato e a situação dos processos envolvendo os filiados.

Ações judiciais podem impedir privatização da Eletrobras

O placar de 7 a 1 favorável ao processo de venda da Eletrobras, apesar de largo, ainda oferece uma esperança para os eletricitários e eletricitárias que defendem a manutenção da empresa pública. Isto porque o voto do ministro revisor do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, expôs as ilegalidades e irregularidades do modelo de venda que trarão imensos prejuízos ao Brasil e aos brasileiros, a começar pela conta de luz mais cara.

Para o Coletivo Nacional de Eletricitários (CNE), as ilegalidades apontadas pelo ministro, entre elas, prejuízos de, no mínimo, R\$ 40 bilhões ao país, além da perda de controle sobre a energia nuclear, são suficientes para levantar dúvidas da lisura

do processo adotado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Essa falta de transparência pode dificultar a colocação de ações da Eletrobras na Bolsa de Valores dos Estados Unidos, que prezam pela lisura do processo para evitar futuras ações judiciais que prejudiquem os acionistas.

“A partir do momento em que você impede uma empresa de negociar ações na Bolsa de Valores dos Estados Unidos, ela perde credibilidade no mercado internacional e os empresários vão evitar se arriscar a comprar essas ações, e o governo Bolsonaro precisa desse mercado para vender a Eletrobras”, explica Tiago Vergara, dirigente do CNE.

O dirigente do CNE ressalta que o voto do ministro Vital do Rêgo não é

pouca coisa. Sua análise deve ser considerada pelo mercado exterior.

Apesar de já ter ações junto à SEC dos Estados Unidos – órgão equivalente a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) do Brasil -, os eletricitários precisam aguardar a publicação do acórdão da votação do TCU desta quarta-feira (18) para dar entrada numa nova ação. A publicação pode ser feita dentro de algumas horas ou demorar até uma semana.

Essas entidades sindicais reuniram em Brasília cerca de 700 trabalhadores do Sistema Eletrobras para protestar contra a privatização da empresa, em frente ao TCU, na quarta (18), durante a votação dos ministros da Corte.

[Matéria completa em cut.org.br](http://matéria completa em cut.org.br)



AÇÃO ANUÊNIOS / FUNASA

Ação para contabilização do tempo de serviço celetista no anuênios da FUNASA (Ativos e Aposentados)

CLICK AQUI

E PESQUISE SE O SEU NOME ESTÁ NESTA AÇÃO





Servidor, Guedes quer transformar a 'granada no seu bolso' em bomba atômica

O governo Bolsonaro atingiu a menor marca da série histórica que acompanha a relação dos chamados gastos com pessoal e o Produto Interno Bruto (PIB). Não bastasse essa relação se apresentar estável ao longo dos anos, como acompanha a subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, ela pode, pela Lei de Responsabilidade Fical (LRF), chegar a 50%. Mas se depender do ministro Paulo Guedes e da equipe econômica do governo essa relação, hoje em 3,8%, poderá ser reduzida a 3,1% do PIB até 2025.

Como divulgou o G1, a previsão contida no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 enviado ao Congresso Nacional prevê a continuidade dessa redução de investimentos com o setor público. Paulo Guedes se gaba de estar promovendo uma reforma Administrativa "invisível" sem a necessidade de mudar leis, mas o que ele chama de "reforma" se reflete numa realidade de destruição e sucateamento dos serviços públicos, projeto ultraneoliberal conduzido pelo governo Bolsonaro desde o primeiro dia.

Política de desmonte está em todo setor público

Em uma audiência pública realizada nessa terça-feira, o diretor da Condsef/Fenadsef e da CUT Nacional, Pedro Armengol, chamou a atenção para o problema. Para ele, a famigerada reforma Administrativa (PEC 32/20), mais que um instrumento jurídico é uma concepção de Estado desse governo. "O desmonte e ataques ao setor público vem

acontecendo desde o primeiro dia desse governo", pontuou.

Entre as ações de desmonte, cita Armengol, estão a extinção de órgãos, precarização de salários, a não recomposição da força de trabalho com concursos públicos, precarização das condições e relações do trabalho, além da falta de oportunidade de se estabelecer um diálogo permanente para discutir todas essas situações. "As decisões tem sido unilaterais", aponta Armengol.

A pauta dos servidores públicos não é meramente corporativa, destaca o dirigente, ela reflete a preocupação dos trabalhadores e trabalhadoras do setor com as condições mínimas necessárias para atender as demandas da população e, portanto, assegurar direitos essenciais dos brasileiros.

Enquanto isso, no País cresce o número de brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme levantamento da Globonews com base em informações da ANS e IBGE. Enquanto isso também, aumenta a ofensiva contra o trabalho escravo, uma realidade perversa que ainda afeta muitos cidadãos. Esses fatos mostram que o desmonte do setor público deve ser fortemente combatido, pois ameaça com cada vez mais força direitos essenciais que precisam ser garantidos pelo Estado.

Resposta nas urnas

Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef a saída para frear os ataques sucessivos ao setor público é dar uma resposta a esse governo nas urnas em outubro. A



configuração do Congresso Nacional, observa Sérgio Ronaldo da Silva, é fundamental. "Precisamos garantir que mais parlamentares que defendem a visão de Estado assegurada em nossa Constituição sejam eleitos", pontuou.

Sérgio lembra que o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, já declarou mais de uma vez que pode colocar em votação a reforma Administrativa ainda este ano. "O plano desse governo e de seus aliados é claro: acabar com os serviços públicos para que apenas poucos lucrem com o direito de milhões de brasileiros", destacou. "Seguimos lutando para que esse futuro desastroso para a população não se concretize como quer esse governo", reforçou.